



AMAZÔNIA: O GRANDE DESAFIO GEOPOLÍTICO

Therezinha de Castro

A CONQUISTA

Afaz de Amazonas foi descoberta em 1500 pelo espanhol Vicente Pinzon que lhe deu o nome de mar Dulce. Em 1507, outro espanhol, Francisco Orellana, desceu o rio e vendo índios de cabelos compridos, em luta, tomou-os por mulheres; daí ter batizado o rio com o nome de Amazonas, lembrando a lenda grega das mulheres guerreiras. Imaginando que a região ficasse fora dos limites de Tordezilhas, abandonaram-na, propiciando aos portugueses ocupá-la mais tarde, assenhoreando-se de quase toda a bacia Amazônica.

Se no século XVII a união das monarquias ibéricas favoreceu o alargamento para o interior da linha de Tordezilhas, contribuiu também para que os inimigos da Espanha viessem atacar, ocupar ou pretender a posse de partes do território brasileiro.

Na ocasião desenvolver-se-ia o movimento bandeirantista, e Antônio Raposo Tavares, destruindo a missão jesuítica espanhola do Itatin (sudoeste de Mato Grosso do Sul), contribuía para que se integrassem ao Brasil as nascentes de rios formadores da bacia do Prata. Realizava o primeiro circuito terrestre no continente sul-americano; assim, em 1648, do rio Paraguai atingia o Madeira, na bacia Amazônica, realizando em viagem de três anos a ligação dos dois complexos fluviais.

Em se tratando do ataque de estrangeiros, enquanto os holandeses se estabeleciam em Pernambuco e os franceses no Maranhão, os ingleses procuravam se apossar da Amazônia, onde os reis Jaime I e Carlos I resolviam doar terras a fidalgos de sua Corte entre os anos de 1613 e 1627.

Lutando contra os holandeses no Nordeste e expulsando os franceses do Maranhão, os portugueses subiam o rio

Amazonas, feito realizado pela bandeira militar de Pedro Teixeira em 1637. Para afastar a cobiça estrangeira deixavam aí várias missões religiosas, e, como posto avançado, o forte de N. S. de Belém, origem da capital paraense (1616).

O valor geopolítico do Prata ficara logo patenteado por constituir, no período colonial, a estrada natural de entrada e saída das riquezas espanholas. Contrastava com a bacia Amazônica, envolvida pela floresta tropical, exercendo pouca atração; daí haver permanecido, mesmo após a independência, longe da cobiça das repúblicas andinas, que se utilizavam do Pacífico como via mais favorável ao seu intercâmbio comercial. E, se no sul falhara a unidade geopolítica do Vice-Reino do Prata, dotando a região após a independência de três repúblicas separadas — Uruguai, Paraguai e Argentina — fenômeno idêntico ocorria na área da bacia Amazônica, onde a Gran-Colômbia, idealizada por Bolívar, se transformaria nas repúblicas da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela.

No entanto, enquanto a bacia Amazônica passava, em parte, despercebida pelas nações nela diretamente interessadas, não ocorria o mesmo com os Estados Unidos; procurava este país chamar a atenção para o monopólio aplicado pelo Brasil na navegação pelo rio Amazonas. Aproveitando que em 1850 o Brasil se encontrava envolvido nas questões do Prata, resolveram os Estados Unidos agir para que nosso governo tornasse livre a navegação no Amazonas.

A diplomacia brasileira se apoiou então no princípio de Grotius, que se fundamentava no uso exclusivo da bacia pelos países nela integrados. Recusava-se peremptoriamente a entrar em acordo com nações que não fossem ribeirinhas.

Temia o Brasil, com justa razão, que sua vasta e despovoada Amazônia caísse na esfera de influência da Inglaterra e França, possuidora das Guianas, ou mesmo dos Estados Unidos, já com vistas no Caribe.

O Brasil, cujas pretensões eram defendidas pelo Barão Duarte da Ponte Ribeiro, procurava solucionar o problema por convenções bilaterais com ribeirinhos, subordinando anteriormente a delimitação de nossas fronteiras com esses mesmos países. Conseguimos assim o Tratado de 1851 com o Peru, estabelecendo claramente pelo artigo 2º que a navegação pelo Amazonas "pertencia exclusivamente aos respectivos Estados possuidores das margens". Concedia nosso governo, em seguida, ao brasileiro Barão de Mauá (Irineu Evangelista de Souza) o privilégio exclusivo da navegação pelo Amazonas durante trinta anos (1852). Caberia ao Peru um subsídio anual de 20.000 dólares pago pela companhia brasileira que navegaria pelo Amazonas e seus afluentes. O uso do Amazonas ficava assim restrito ao Brasil e Peru.

Com o posterior envolvimento do Brasil no Prata, caracterizado pela Guerra do Paraguai, defendendo o nosso governo a tese do uso pacífico dessa bacia meridional para todas as nações ribeirinhas, não poderíamos manter por muito tempo a política exclusivista do Amazonas. Por isso, Eusébio de Queirós, o Marquês de Abrantes (Miguel Calmon Du Pin e Almeida) e o Visconde de Maranguape (Caetano Maria Lopes Gomes) passaram a defender a tese de que o Amazonas deveria ser aberto à livre navegação. Esta é a origem do Decreto de 7 de setembro de 1866 abrindo à livre navegação não somente a bacia Amazônica como também o rio S. Francisco,

até a cachoeira de Paulo Afonso. Aberta sobremodo à cobiça internacional, mantinha-se aquela área imensa e desprotegida como um grande desafio geopolítico.

Em 1877 começa a se estabelecer nas margens do rio Acre grande número de nordestinos, especialmente cearenses, fugidos da grande seca, em busca de novos horizontes de trabalho. A extração da borracha, tão apreciada no mercado internacional, livraria esses forasteiros da fome que a seca do Nordeste os faria passar. Como a região acreana era ainda despovoada, não se registrou, de imediato, nenhuma intervenção oficial, dando ensejo à população brasileira de crescer, sendo avaliada em fins do século XIX em cerca de 60.000 pessoas.

Tal era a situação quando a Bolívia resolveu protestar contra a ocupação deste seu território, estabelecendo no Acre a povoação de Puerto Alonso, passando a cobrar taxas e direitos de importação, descontentando os brasileiros que até então se dedicavam livremente à extração da borracha. Contando com o apoio do governador do Amazonas e a desaprovação do governo Central, os brasileiros apelaram para a resistência armada (1899) sem contudo conseguir impedir que a Bolívia conquistasse o território que na realidade se transformava numa área de fricção.

É que, apesar de conquistado (1901), o governo boliviano não conseguiu integrar a população brasileira à sua jurisdição e, na impossibilidade de administrá-lo normalmente, resolveu arrendá-lo a um sindicato de capitalistas ingleses e estadunidenses. Trava-se do "Bolivian Syndicate", que obteve numerosas franquias para a exploração do Acre, tais como: a administração, a arrecadação de impostos, a organização da polícia, a manutenção de tropas e barcos de guer-

ra. Entregando o Acre a esse sindicato, a Bolívia abdicava praticamente de todos os seus direitos, permitindo que se instalasse um "quisto" de colonização estrangeira na vulnerável área da bacia Amazônica.

Contra o "Bolivian Syndicate" revoltam-se novamente os brasileiros, desta feita comandados por Plácido de Castro (1902). Preparava-se a Bolívia para nova intervenção militar, quando o governo brasileiro resolveu intervir, concentrando forças no Amazonas e norte do Estado de Mato Grosso. Rescindido o contrato com o "Bolivian Syndicate", iniciam-se as gestões diplomáticas. Documentando-se no cabal desrespeito à Doutrina de Monroe, opôs-se o Brasil à entrega de uma área do continente a estrangeiros, pois além dos ingleses estavam também interessados os alemães; ponderava, por outro lado, que a abertura do Amazonas era incompatível com o arrendamento do Acre. Diante dos fatos o governo estadunidense levaria os acionistas de seu país a aceitarem a indenização boliviana pela desistência do contrato.

No Brasil, o Barão do Rio Branco se opunha à proposta boliviana de arbitramento para a solução do caso do Acre, preferindo encaminhá-lo para o lado do "uti possidetis", já que era notória a ocupação brasileira da região. Ante a ocupação militar do território por tropas brasileiras a Bolívia cedeu entrando em entendimentos com nosso governo. Pelo Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903), aceitavam os bolivianos vender o Acre por 2 milhões de libras esterlinas. Formávamos assim o nosso Território do Acre, hoje Estado, abrangendo uma superfície de 152.000 km² da bacia Amazônica, ou seja, cinco vezes maior que a Bélgica.

De sua área global, 6.500.000 km² cerca de 70% se encontram dentro das fronteiras brasileiras, abrangendo os 30% restantes os territórios do Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela; incluindo-se a bacia do Tocantins-Araguaia, sua área é então estimada em 7.000.000 km².

O rio Amazonas, eixo principal da bacia, é o maior do Brasil e o 3º do mundo depois do Nilo e do Mississipi. Percorrendo 6.180 km, desde o Ucaiali até o Atlântico, surge o Peru a partir das águas do lago Nicococha, formado pelo degelo andino. Nasce a 4.000 metros de altitude, segundo o Instituto Amazônico da UNESCO, distando apenas 120 km do Pacífico; ao entrar no Brasil, pela cidade de Tabatinga, já corre por uma planície de 82 metros de altitude, faltando 3.200 km para atingir o Atlântico. É até Iquitos, no Peru, permanentemente navegável em 3.580 km.

Recebe mais de 500 afluentes, representando uma via permanente de navegação fluvial com cerca de 19.000 km de extensão, número que poderá se multiplicar várias vezes, levando-se em conta a existência de furos e igarapés, pequenos cursos d'água que durante as enchentes unem entre si os lagos e rios, bem como os paranás, pequenos braços de rios que contornam ilhas.

Apresenta o rio Amazonas profundidades que variam dos 20 aos 130 metros e largura que vai dos 96 km na embocadura com o rio Negro até 1,5 km no estreito de Óbidos.

O volume normal das águas é avaliado em 80.000 m³, dando-lhe a categoria de 1º no mundo em caudal, correspondendo sua vazão à de todos os rios do planeta. Percorrendo quase paralelo ao equador, a zona mais chuvosa da Terra, é alimentado por águas fluviais e tam-

bém nivais, estas provenientes dos Andes. Recebendo afluentes dos dois hemisférios da Terra, onde as estações do ano se alternam, sofre o chamado fenômeno da interferência, que nada mais é do que a compensação anual que se estabelece entre as enchentes dos tributários que vêm do norte e os do sul.

Pouco povoada e com população mal distribuída, a Amazônia apresenta algumas concentrações ao longo dos rios, dentro de imenso deserto humano. Sua população é mais rural do que urbana, apresentando, no conjunto, lento desenvolvimento, daí se constituir numa área geopolítica neutra, carecendo, pois, da integração.

Geohistoricamente foram os grandes rios os caminhos das comunicações regionais. A prática secular da navegação fluvial não permitiu a penetração nesse imenso território coberto por densa floresta tropical, tornando as populações ribeirinhas dependentes das atividades extrativas de pouco valor econômico. Só nos dias de hoje surgem as estradas para integrar não só essa região marginalizada ao restante do país e a nações vizinhas, como para promover a ocupação de espaços intermediários vazios entre os grandes rios.

A OCUPAÇÃO

O desenvolvimento econômico e colonização da Amazônia tem suas origens no "Plano de Valorização da Amazônia" criado em 1953 e extinto em 1964. No final de 1966, com metas bem mais arrojadas, era criada a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

Não podendo de imediato ocupar seus grandes espaços vazios, o Decreto-Lei n.º 1.164, assinado em 1971, houve

por bem declarar indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais as terras devolutas localizadas na faixa de 100 km de largura em cada eixo das rodovias, na "Amazônia Legal".

Criado o PIN (Programa de Integração), a estratégia da ocupação procurou se ater à colonização dirigida, com fluxo migratório nordestino. Assim, as agrovilas da Transamazônica surgiram como pequenos núcleos urbanos de agricultores. Nelas eram entregues a cada família lotes de 100 hectares situados num raio de ação de até 5 km da vila de moradia. Um centro maior, a agrópolis, deveria englobar 20 agrovilas, constituindo-se no conjunto administrativo dos órgãos públicos, cooperativas, postos de assistência social e escolas. Completava o plano a rurópolis, centro de integração regional para comandar o desenvolvimento das atividades industriais.

Essa estrutura porém mostrou-se aos poucos ineficaz, contribuindo para tal várias razões. A principal delas foi a do oferecimento dessas terras a nordestinos sem experiência, por serem oriundos de região totalmente diversa, onde estavam habituados a formas agrícolas primitivas e não cientificamente dirigidas.

Como, porém, integrar a mais vasta floresta equatorial do mundo, com cerca de 4.000 espécies catalogadas, constituindo-se apenas numa parte de outras que continuam desconhecidas? Maior reserva floresta do Globo, procurando uma área de cerca de 3.000.000 km², correspondente a 75% do conjunto florestal brasileiro; abrange a chamada região da floresta úmida de terra firme, embora ocorram também vegetações de campos e capoeiras. A área florestal, com 480.000.000 km² de hectares, representa 12,5% do total mundial; sabendo-se que do conjunto brasileiro ape-

nas cerca de 2.000.000 de hectares são protegidos pelo poder público através de parques-reservas e florestas nacionais.

O potencial madeireiro enseja a implantação de complexos industriais que venham a substituir a exploração rudimentar do tipo recoletor tal como ocorreu nas matas litorâneas com o pau-brasil no período colonial; funciona para isso, na cidade de Santarém (Pará), a sede do Centro de Tecnologia Madeireira, órgão da SUDAM. Sua origem está ligada à visita que uma equipe da FAO fez em 1951 à região. Em seu relatório, a missão apontava como principais fatores de estrangulamento do desenvolvimento florestal na Amazônia a exploração predatória, a falta de conhecimentos sobre o potencial da floresta e de tecnologia adequada à heterogeneidade da mata, além da escassez da mão de obra especializada.

Era, no entanto, um grande desafio a ser enfrentado, visto que, como bola colorida de borracha, a Amazônia atrai logo a primeira vista, mostrando logo em seguida a sua fragilidade. Representando a mais extensa área contínua agriculturável do mundo, os solos da planície sedimentar formados pelos aluviões fluviais não são, na realidade, tão férteis como os encontrados nas áreas temperadas do Brasil, oriundos da decomposição de rochas basálticas, graníticas ou mesmo eruptivas.

Enquanto na região de várzea inundável a fertilidade é produto de depósitos aluvionais, a terra firme só pode contar com o material de decomposição da própria floresta (reino animal e vegetal), onde a vegetação compacta, impedindo a penetração da luz solar, colabora para a formação nutritiva do solo.

Por outro lado, a floresta Amazônica, pela exuberância e imensa variedade, se

torna um campo de difícil exploração econômica, contrastando com a zona de araucária do sul, onde a homogeneidade é alto fator positivo.

Necessitando da integração, a ocupação da Amazônia vem se constituindo num dilema, visto que "nesse sistema, desde os microorganismos até os grandes animais, desde a folha que apodrece no chão até as árvores gigantescas, desde a umidade da evaporação até as chuvas torrenciais, tudo exerce um papel harmoniosamente definido e qualquer modificação acarreta um desequilíbrio, dificilmente recuperável. E o homem é o elemento desequilibrador, por excelência". (General Ferdinando de Carvalho — "Considerações sobre o Problema da Ocupação da Amazônia" — Revista do Clube Militar — Nov/Dez de 1980 — pág. 10).

Foi justamente essa uma das causas de haver falhado o Complexo Ford de plantação sistemática da seringueira em Fordlândia e Belterra, que não conseguiu superar a concorrência asiática. Sabe-se que no século XIX a descoberta da borracha natural da seringueira (Hévea Brasiliensis) deu à Amazônia destaque econômico, quando passou a exportar 80% do latex consumido mundialmente. A partir de 1910 passávamos a sofrer a concorrência dos seringueiros asiáticos, de exploração econômica sistemática, com os quais não pode concorrer o extrativismo amazônico. Falhou o "Plano de Defesa da Borracha" (1912), como falharia a "Batalha da Borracha" (1942), pois na Amazônia o desafio se encontra na grande sensibilidade que a área apresenta à ação do elemento humano.

Mesmo assim o homem vem procurando, dentro do imperativo geopolítico, vencer o determinismo geográfico e, apelando para o possibilismo, implantou-se

o Centro Nacional de Pesquisa da Seringueira e Dendê, em Manaus; com muito sacrifício e grande tenacidade, com a adoção da enxertia verde (utilização de clones mais novos) já se conseguiram mudas, obtidas em cinco ou seis meses, favorecendo melhor seleção do material para o plantio definitivo, quando, em 1979, eram necessários dois anos para se produzir uma muda de seringueira. Por outro lado, ao longo da Transamazônica foi realizado um trabalho científico de culturas organizadas para a obtenção de uma espécie de seringueira resistente ao fungo dotidela, o responsável pela falência dos seringueiros da Fundação Ford.

Procuramos voltar a competir no mercado exterior da borracha aceitando o desafio, tendo como um dos núcleos pioneiros na promoção da sistemática investigação científica o Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica, criado em 1952. Aceitando o desafio extrativismo versus sistemática, volta-se o governo também para produtos amazônicos como as ceras de ulicuri, para as gomas não elásticas da balata, maçaranduba, sorva e coquirama e fibras de caroá, guaxima, malva, piaçava e tucum.

As pesquisas florestais se desenvolvem dentro da combinação agroflorestal (substituição de parte da vegetação nativa por plantas permanentes), envolvendo, além da seringueira, também o cacau, a pimenta-do-reino e o guaraná. Assim, em Belém o CPATU (Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido) vem estudando as interações clima-solo-planta-animal, tendo em vista soluções básicas de produção equilibrada com o ecossistema.

Na área pecuária o CPATU detém o maior acervo do continente sobre a bubalinocultura (criação de búfalos), graças

às pesquisas que há 30 anos vem desenvolvendo. O Centro detém a tecnologia de produção de iogurte de leite de búfalo com sucos de frutas regionais e o queijo muzarella, considerado de qualidade próxima ao legítimo produto italiano.

No entanto, o desafio da Amazônia permanece, pois os grandes projetos pecuários se sobrepõem o determinismo da área onde a criação extensiva do gado implica na devastação da floresta, e a criação sistemática das pastagens se mostra improdutiva alguns anos depois.

Considerando-se a floresta como fator de equilíbrio ecológico da região, observa-se que o desequilíbrio passa a ser desafio, pois o reflorestamento artificial não tem apresentado resultados animadores. Nessas condições, no II Encontro Brasil-Exportação 1981, o Ministro do Interior, Mario Andreazza, anunciou novo projeto de lei para a proteção daquela vasta área setentrional brasileira. Assim, Andreazza afirma o que já se tem dito: "o zoneamento ecológico econômico da Amazônia brasileira permitirá o planejamento do uso do espaço amazônico e definirá tanto as áreas destinadas à proteção e preservação de ecossistemas como a conservação de recursos florísticos e faunísticos. Também serão definidas as áreas destinadas aos projetos de colonização e assentamento de populações, agropecuários, agro-industriais e de indústria extrativa, orientando ainda a implantação de projetos hidroelétricos, polos minerais, eixos viários e assegurando reservas de recursos". (O Globo 28/05/1981).

Levando-se em conta que a floresta Amazônica cobre atualmente, em solo brasileiro, cerca de 280 milhões de hectares, correspondendo a 32% do território do país, urge corrigir os processos pre-

datórios, "Tal como se pratica, presente-mente, a exploração seletiva, vai deixando abandonada as matas, a regeneração se dá sem qualquer interferência silvicultural, predominando, na vegetação secundária que se estabelece, espécies pioneiras destituídas de interesse econômico". (Clara Pandolfo - "Uma Política Florestal para a Amazônia Brasileira" - Interior - Ano VII - Nº 36 - jan/fev de 1981 - pág. 33).

Não deixam de haver, no entanto, tentativas para se vencer o desafio amazônico. Tentativas que ante as falhas do PIN e do PROTERRA, deram ensejo a que se suspendesse a migração prioritária nordestina, que se revelou incapaz de manipular as condições precárias da região; levaram, por outro lado, a recorrer a uma corrente de ocupação espontânea vinda de outras áreas do país, ocasionando posterior litígio sobre a posse de terras com grileiros, fraudando colonos.

Nessas condições o desafio amazônico foi levado para a estratégia do Programa de Polos Amazônicos. (Mapa 2). Com a POLAMAZÔNIA o governo procurou relacionar as zonas prioritárias para a concessão de recursos.

Os solos da Amazônia foram estudados pelo Projeto RADAM (Radar da Amazônia). O levantamento aéreo permitiu a fixação do panorama mineral da Amazônia, sendo de certo modo promissoras as reservas localizadas. Incluem-se nesse caso: a cassiterita em Rondônia, o ferro na serra dos Carajás (Pará), a bauxita (alumínio) nas regiões de Oriximiná e Paragominas ambas no Pará, o manganês do Amapá e o sal-gema do Tapajós.

As jazidas de ferro da serra dos Carajás com 18 bilhões de toneladas, em nada deixam a dever às do "Quadrilátero Ferrífero" de Minas Gerais. A hidro-



létrica de Tucuruí, no Tocantins, com capacidade para 4.000 MV, com início de operação prevista para 1983, suprirá de energia vários Projetos implantados, inclusive o de Carajás, para a exportação de 35 milhões de toneladas anuais de minério de ferro de alto teor. Inclui o Projeto a construção de uma ferrovia ligando a serra de Carajás a um novo porto em S. Luís. Passaram ainda a surgir oportunidades de investimentos nos eixos Carajás-Belém, graças à descoberta de vários outros minerais na serra dos Carajás e da bauxita de Paragominas.

Para desenvolver a Amazônia Oriental destacam-se entre outros Projeto o de Icomi, no Amapá, para a extração de manganês, em operação há mais de vinte anos.

O Projeto Jari, no norte do Pará, próximo de Monte Dourado e Almerim, abrange o reflorestamento para a produção de celulose. Tido como Projeto mal executado, o Jari teve como realizador o bilionário estadunidense Daniel Keith Ludwig, com 84 anos, com sério problema na coluna que o impede de andar. A 27 de maio de 1981 o governo Figueiredo autorizou a venda das reservas de bauxita de Ludwig, avaliadas em 250 milhões de toneladas à ALCOA, (Aluminium Company of America), que detém um Projeto na ilha de S. Luís para produzir inicialmente 500 mil toneladas anuais de alumina e 100 mil toneladas de alumínio. Adquirindo as reservas de Ludwig nas margens do rio Trombetas, a ALCOA se compromete a colocar em

ação um Projeto de lavra antes de 1988, com a produção mínima de 4 milhões de toneladas anuais. Devendo, por outro lado, abrir mão das reservas de bauxita localizadas também no Pará às margens do rio Jamundá.

Além de participar do Projeto Carajás, a Vale do Rio Doce mantém com a ALCOA o Projeto Trombetas de exploração da bauxita. Com grupos japoneses a Vale do Rio Doce integra o Projeto ALNORTE, em Bacarena, às margens do Tocantins para produzir bauxita e alumina; e o Projeto ALBRÁS, também em Bacarena, às margens do Tocantins, para a produção de alumínio.

Além do aproveitamento energético de Curuá-Una (Pará) e a de Coaracy Nunes (Amapá), em se tratando do potencial hidroelétrico avaliado, somando 70.000MW de potência, indica que é três vezes a potência instalada no país.

Para desenvolver a Amazônia Ocidental surgiu, em 1967, pelo Decreto-Lei nº 288, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Essa Zona Franca, com área de 10.000 km², situa-se às margens dos rios Negro e Amazonas, abrangendo não só a capital amazonense como também a quase totalidade do município. Instituiu, ao ser fundada, um sistema de franquias especiais para a importação de mercadorias e outros produtos destinados ao consumo interno, à indústria local, serviço de estocagem para reexportação ou comercialização no território brasileiro.

Em 1975 começou-se a ver que se verificava uma certa distorção no funcionamento da Zona Franca. Constatou a SUFRAMA que as indústrias não passavam, em sua maioria, de simples oficinas de montagem, onde eram agrupados os elementos e componentes de máquinas e objetos inteiramente importados. Come-

çou então a SUFRAMA a exigir determinados índices de nacionalização; e, nestas condições, já existem peças como as caixas acústicas que são 100% nacionais, ao lado de televisores preto e branco (85%), a cores (55%). Além do Polo Relojoeiro estabelecido na Zona Franca em 1977, essa área contribui em 65% do mercado interno de televisão.

Por traz dessa "meca de consumo", há um Polo Agropecuário desenvolvendo-se na Amazônia Ocidental, ocupando uma área de quase 600 mil hectares ao longo da BR-174, entre os quilômetros 30 e 98. Sendo tão difícil o desafio da selva em seu determinismo, a SUFRAMA desenvolve o seu Projeto Agropecuário em séries de linhas de ação.

Refletindo, como a Zona Franca, um processo de ocupação regional, a SIDERMA, Companhia Siderúrgica de Manaus, implantando uma laminação de não plano, se constitui em empreendimento pioneiro no setor, devendo, em 1983, se transformar na primeira unidade siderúrgica auto-suficiente em energia de petróleo.

Como nova subsidiária da PETROBRÁS, a Companhia de Petróleo da Amazônia opera com matéria prima venezuelana, descarregada em porto próprio da refinaria, na margem esquerda do rio Negro, distando 14 km de Manaus. Refinando petróleo, a COPAM, instalada em 1956, além de exportar gasolina para o Peru, possui bases de suprimento nas capitais dos Estados e Territórios da Região Norte.

A INTEGRAÇÃO

Um dos objetivos de Brasília foi o de se constituir em plataforma de integração da vasta área marginalizada formada pela Região Norte. Nesse sentido a via

de penetração formada pela rodovia Belém-Brasília se constitui na ponta-de-lança para a integração da Amazônia.

Atravessando uma área equivalente à superfície da Europa Central, as obras da Transamazônica tiveram início em 1970; seu corte de nítida conotação geopolítica, se propõe a ser a mais extensa das conexões rodoviárias do país ligando horizontalmente João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, a Boqueirão da Esperança no Acre. Assim a Amazônia brasileira deverá interligar-se ao Brasil, interligando-se ao continente buscando as yungas do Peru e a floresta da Bolívia. Complementada, a Transamazônica promoverá a ligação do Atlântico ao Pacífico.

Com diretriz já definida, a Perimetral-Norte, também em plena selva Amazônica, percorrendo 4.650 km, terá como objetivo estabelecer nova ligação com o Atlântico e o acesso às regiões fronteiriças das Guianas, Colômbia e Venezuela através de troncos de penetração, que serão, na realidade, caminhos abertos para o mar das Antilhas.

No entanto, ao lado do Brasil, sete nações sul-americanas partilham do patrimônio amazônico, devendo, pois, através da cooperação mútua, promover o seu desenvolvimento simultâneo, ou seja, a sua integração.

Daí haver o Itamaraty idealizado o Tratado dos Países da Bacia Amazônica, que se consubstanciou no Tratado de Cooperação Amazônica, mais conhecido como Pacto Amazônico, assinado em 1980.

As tentativas em prol de um Pacto que viesse a promover a integração da Amazônia tem sua origem em 1946. Nesse ano, o Brasil propunha à UNESCO a organização do Instituto Hidrográfico Internacional do Amazonas, que

não chegou a ser formalmente inaugurado.

Ainda em 1946 havia o Brasil firmado um acordo com os Estados Unidos para a feitura de mapas aerofotogramétricos da Amazônia; acordos similares foram feitos com o Peru, Venezuela, Colômbia e Bolívia, este último país só em 1965. Reunidos, por acordos bilaterais, todos os países amazônicos, começaram a USAID (Cooperative Research Foundation) da Califórnia e o Center of Amazonas Research de Houston as fotografias com fins cartográficos e geológicos.

A criação da entidade de Houston, que no Brasil foi conhecido como Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, ocasionaria protestos e um pronunciamento do EMFA. Esse pronunciamento faria abortar o Projeto da Hiléia pois "as demais nações participantes, particularmente as não amazônicas" receberiam segundo o documento, "tratamento igual ao Brasil" e gozavam de todos os direitos e privilégios, o que não era nada interessante "numa época em que vemos essas nações, temerosas de uma possível restrição de sua soberania, cercarem de uma série de garantias sua anuência ao Paco do Atlântico".

A cobiça internacional pela Amazônia se ligava sobretudo ao seu potencial hidráulico; e, para afastar a área da ingerência estrangeira, falharia também o "Projeto Científico" da Academia de Ciências de Washington (1965), bem como o "Projeto do Lago Amazônico" do Hudson Institute (1967/68), idealizado pelo futurólogo Herman Kahn.

Levando-se em conta que o Tratado da Bacia do Prata (1967) formalizava a nível regional e em caráter espontâneo os entendimentos entre os países da área, nasceria, durante o governo Geisel, a idéia de agrupar num instrumento de

que procuraram em 1980 se unir em prol da construção do futuro amazônico.

CONCLUSÃO

— Os oito países integrantes da bacia Amazônica fazem parte das quatro regiões naturais que formam o conjunto sul-americano. A região do Caribe é representada pela Guiana, o Suriname, a Venezuela e a Colômbia; pertencem à região do Pacífico, o Peru e o Equador; a Bolívia faz parte da região Interiorizada e o Brasil da região Atlântica. As nascentes, tanto do eixo principal como dos demais tributários da rede Amazônica se dividem entre os diferentes países da área; cabendo exclusivamente ao Brasil a foz do complexo fluvial. Aí, Belém que se constituiu no passado, num autêntico glaci defensivo, embora no presente, por seu posicionamento, ocupe posição-chave para um imenso hinterland, não chega a exercer o mesmo papel centripetista de Buenos Aires no Prata.

— Muito embora todo núcleo vital em expansão procure ocupar uma bacia fluvial dotando-a de uma mesma cultura sob a égide geopolítica de um mesmo Estado, é fato comprovado a oposição natural entre os ocupantes da nascente e da foz. Assim, já na antiguidade o Nilo forjava o Estado da Foz (Egito) e o Estado da Nascente (Sudão), enquanto no Tigre-Eufrates se opunham sumérios e acádios; enquanto a bacia do Danúbio se reparte entre vários países o mesmo ocorre com a do Prata e a própria Amazônia. Assim, dentro da dinâmica brasileira a bacia Amazônica tem valor geohistórico por ter anulado a descontinuidade que a linha de Tordesilhas, em Belém, imprimia ao Estado do Brasil; importância geopolítica no anfiteatro andino que articula com a área as repúblicas his-

pano-americanas; e alcance geoestratégico no enlace guianense que demanda o Caribe.

— Em se tratando de um rio navegável, quando a ocupação se encontra no seu ciclo vital inicial, dá origem a uma formação geopolítica conhecida como Estado-Faixa-Fluvial, visto que é ao longo de um eixo de rio que se encontra a via principal de penetração. Foram, pois, Estado-Faixa-Fluvial, o Canadá, dependente do S. Lourenço e o próprio Vice-Reino do Prata no eixo longitudinal Paraguai—Paraná—Uruguai. Foi, pois, em função da faixa fluvial transversal do Amazonas que se instalou, no período colonial, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, separado do governo do Rio de Janeiro, que comandava o Estado do Brasil. Como a linha de Tordesilhas incluía dentro do Estado do Brasil, precisamente no Maranhão, a pré-Amazônia, a fusão geopolítica se processou formalmente quando da criação, em 1816, do Reino Unido do Brasil; muito embora, como área carente de integração, a Amazônia tenha se mantido, no conjunto brasileiro, como uma autêntica região-faixa-fluvial.

— No conjunto de uma bacia hidrográfica, quer quando os rios se dispõem no sentido paralelo, como a região Platina, quer quando os cursos d'água vêm de variados núcleos de dispersão, como no caso da Amazônia, o centrifugismo geopolítico se faz presente. No primeiro caso é bem mais pronunciado o centrifugismo geopolítico, visto que na bacia do Prata, dentro de um mesmo núcleo geohistórico caracterizadamente espanhol, não foi este centro cultural suficientemente forte para manter num todo político os diferentes cursos dos rios. Assim, a bacia Platina, guardadas as devidas proporções das respectivas

planícies, apresentou uma fragmentação geopolítica bem maior que a Amazônica, com 70% de sua área integrada ao Brasil.

— Na Cordilheira dos Andes, onde as correntes fluviais que demandam a bacia Amazônica fluem em sentidos bem opostos, comandados pelos nós ou nudos de Vilcanota, Cerro Pasco, Loja e Pasto, observou-se o papel geopolítico eminentemente dissociado que veio a subdividir os restantes 30% da denominada yunga entre a Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, geohistoricamente incluída na Audiência de Mainas; alijando-se ainda a Venezuela em seus 11 anos que se voltam naturalmente para a Amazônia através do canal de Cassiquari.

— A posse inicial da embocadura dá, via de regra, ao povo que aí se estabelece maior capacidade de expansão pela bacia fluvial. Tal determinismo geopolítico se fez presente no caso da bacia do Prata, onde os portugueses, detentores das nascentes, se viram barrados pelo expansionismo espanhol possuidor da foz; tal premissa fez-se presente, em sentido geopolítico inverso, na Amazônia, onde os portugueses, estabelecendo-se em Belém e alcançando Manaus no geoestratégico "limite do vento geral", impuzeram um epílogo às conquistas espanholas.

— Esse ciclo vital geopolítico origina, via de regra, os chamados "Estados Avassalados", sem saída para o mar. Na bacia do Prata o fenômeno geopolítico é representado pelo Paraguai. Na bacia Amazônica forjou-se a Bolívia, país sem litoral, já que os demais países se dispõem em posicionamentos centrífugos nas direções do Pacífico, Caribe e Atlântico; assim sendo, só se pode falar, no âmbito da planície Amazônica em "Regiões Avassaladas".

— Foi a partir do século XVII que a diplomacia, dentro do ideal mercantilista, se voltou para as zonas de atritos que se impunham nos Estados e Áreas Avassaladas, surgindo em decorrência, as medidas de liberdade de navegação nas bacias que se repartiam entre vários países. Ou então, dentro de uma diplomacia tida como naturalista, na formação dos corredores, cujo exemplo mais característico foi o de Dantzig. Assim, dentro da chamada diplomacia naturalista a Bolívia, sem litoral próprio ou mesmo amplos caminhos fluviais, reclama do Chile o seu geohistórico corredor no Pacífico.

— No caso da bacia Amazônica, com diferentes vales fluviais convergindo para a grande calha do rio Amazonas, a tendência é a da criação de um centro comum econômico que, unificando o



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista. Entre suas obras publicadas destaca-se o livro "Rumo à Antártica" (Livreria Freitas Bastos, 1976, Rio de Janeiro), no qual advoga o direito do Brasil a uma nesga do continente antártico.

conjunto viário, venha a corresponder os interesses complementares de cada um dos núcleos de irradiação formado pelos condôminos. Nesse sentido o grande desafio geopolítico da integração estáçado, contribuindo para isto, em linhas gerais, o sistema rodo-fluvial: o papel centralizador, no capitalizador natural de terminista da calha do rio Amazonas congregando, nos dois hemisférios da Terra, a atração para o Atlântico; e o

recurso humano possibilista, em torno dessa mesma calha do rio Amazonas, representado pelo anel rodoviário formado pela Transamazônica e Perimetral-Norte, obras ciclópicas do nosso século.

No conjunto, pois, o grande desafio geopolítico da Amazônia reside no congregar, numa comunhão a mais perfeita possível, o determinismo marcante da natureza com o possibilismo cientificamente dosado da técnica.



... de São Paulo, onde desempenhou os seguintes cargos: membro do Grupo de Planejamento do Estado de São Paulo e Secretário de Fazenda.

conjunto viário, venha a corresponder aos interesses complementares de cada um dos núcleos de irradiação formado pelos condôminos. Nesse sentido o grande desafio geopolítico da integração está lançado, contribuindo para isto, em linhas gerais, o sistema rodo-fluvial: o papel centralizador, no capitalizador natural de terminista da calha do rio Amazonas congregando, nos dois hemisférios da Terra, a atração para o Atlântico; e o

recurso humano possibilista, em torno dessa mesma calha do rio Amazonas, representado pelo anel rodoviário formado pela Transamazônica e Perimetral-Norte, obras ciclópicas do nosso século.

No conjunto, pois, o grande desafio geopolítico da Amazônia reside no congregar, numa comunhão a mais perfeita possível, o determinismo marcante da natureza com o possibilismo cientificamente dosado da técnica.